
A política de (guerra às) drogas: custos sociais da proibição e a necessária mudança de paradigma

The (war on) drugs policy: social costs of prohibition and the necessary paradigm shift.

Flávio GRUBA JUNIOR¹

Paulo R. INCOTT JR.²

RESUMO: O presente artigo tem como escopo analisar, de forma sintética, a política adotada para tratar da problemática das drogas, sua adequação e seus resultados. O objetivo é compreender as consequências da utilização do sistema de justiça criminal para tratar a questão das drogas. A metodologia utilizada foi a revisão de algumas das principais bibliografias sobre a temática. Para tanto, a pesquisa partiu da análise criminológica, em sua vertente crítica, sobre o sistema penal relativamente à discrepância entre suas funções declaradas e latentes. Posteriormente, seguindo esta linha de raciocínio, a pesquisa examinou o paradoxo da proibição, ou seja, a desconformidade entre os objetivos declarados da política de drogas e os seus custos sociais. Por fim, a investigação trouxe uma nova perspectiva para tratar a problemática das drogas. Com isso, foi possível concluir que: a) o sistema penal é permeado por uma série de incoerências e que a realidade operacional está bem distante de seu discurso manifesto; b) a abordagem utilizada para enfrentar a problemática das drogas é inadequada, ideologicamente motivada, falida em seu objetivo declarado e os custos sociais decorrentes são incomensuráveis e perversos; e c) a legalização e a consequente regulamentação da produção, do comércio e do consumo de todas as drogas é a abordagem mais racional e responsável para tratar a questão.

Palavras-chave: guerra às drogas; proibicionismo; regulamentação; legalização; criminologia crítica.

ABSTRACT: This article has the objective of analyze, in a synthetic form, the adopted policy to deal with drugs and all associated problems, the adequacy and the results of it. The objective is to comprehend the consequences of the utilization of the criminal justice system to manage the drug issue. The methodology used was the revise of some of the main bibliographies about this topic.

¹ Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Santa Cruz de Curitiba, Paraná, Brasil, 2021. Pós-graduando em Direito e Processo Penal pela ABDConst - Academia Brasileira de Direito Constitucional, Curitiba, Paraná, Brasil. Advogado, regularmente inscrito na OAB/PR sob nº 111.785. E-mail: gruba.junior@gmail.com.

² Doutorando em Direito do estado pela UFPR. Mestre em direito pelo centro universitário internacional. Extensão em direito penal internacional e europeu pela universidade de göttingen - Alemanha. Especialização em Direito Constitucional, Direito Penal e Processo Penal pela AbdConst. Especialização em Direito Tributário pelo IDP. Professor de Direito Penal, Processual Penal e Tributário. Advogado. paulo.incott@brotto.adv.br

Therefore, the research started from the criminological analysis and the critical strand, about the penal system regarding the discrepancy between its declared and latent functions. Posteriorly, following this line of reasoning, this study examined the prohibition paradox, in other words, the nonconformity between the stated objectives of the drug policy and its social costs. Last but not least, the investigation brought a new perspective to deal with the drug question. Thereby, it's possible to conclude: a) the penal system is permeated by a series of contradictions and the operational reality is far away from its manifest discourse. b) The approach used to confront this problem is inadequate, ideologically motivated, it has failed in its stated goals, and its social costs are incommensurable and perverse. c) The legalization and subsequent regulation of production, sales, and consumption of all drugs is the most rational approach and also most responsible way to deal with this the issue.

Keywords: war on drugs; prohibitionism; regulation; legalization; critical criminology.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente existe um consenso mundial entre os especialistas no assunto de que o modelo proibicionista-belicista fracassou e trouxe mais problemas que o uso/abuso de qualquer substância tornada ilícita. Apesar de seu elevado custo social e econômico, a política da “guerra às drogas” não conseguiu eliminar, ou ao menos reduzir significativamente, a oferta das substâncias etiquetadas como “drogas ilícitas” e, paradoxalmente, aumentou os riscos para aqueles cidadãos que estão envolvidos direta ou indiretamente com elas, em razão da clandestinidade imposta ao uso, produção e distribuição destas substâncias.

Nesta toada, o presente artigo tem como objetivo analisar, de forma sintética, a política de (guerra às) drogas, sua adequação prática, as consequências sociais decorrentes da utilização do paradigma bélico que tem caracterizado a atuação do sistema penal para tratar a questão das drogas, e, por fim, demonstrar a urgência e a necessidade de uma mudança de paradigma³.

O primeiro capítulo tem como propósito examinar os princípios estruturais e funcionais declarados pelo sistema penal e a dissonância em relação às suas funções latentes. Para tanto, será apresentada a Ideologia de Defesa Social considerada por BARATTA⁴ como o pano de fundo teórico

³ O termo é utilizado em seu sentido etimológico. “Etimologicamente, este termo tem origem no grego *paradeigma* que significa modelo ou padrão, correspondendo a algo que vai servir de modelo ou exemplo a ser seguido em determinada situação” (SIGNIFICADOS, s.d.).

⁴ BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal**. Tradução Juez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 6ª edição, outubro de 2011. 2ª reimpressão, agosto de 2014. Pg. 41.

que orienta o senso comum e a atuação dos atores do sistema de justiça criminal. Ademais, com o auxílio da criminologia crítica, a investigação buscará evidenciar que o direito penal ao invés cumprir com seus objetivos ideológicos aparentes tem como função latente garantir e manter as relações sociais desiguais presentes no capitalismo.

O segundo capítulo adentrará na problemática da proibição das drogas. Primeiramente, tentará demonstrar o fracasso do intangível e ideologicamente motivado objetivo do proibicionismo de eliminar, ou ao menos reduzir, a oferta e a demanda pelas selecionadas drogas tornadas ilegais. Posteriormente, examinará os custos sociais da criminalização das drogas, especificamente à violência e o encarceramento em massa, devido à severidade de suas implicações sociais e as limitações da investigação.

O terceiro e último capítulo apontará, a partir da crítica realizada pela doutrina sobre a temática, para a necessidade e a urgência em adotar um novo horizonte para tratar a questão, qual seja, a legalização e a regulação de todas as substâncias tornadas ilícitas, uma vez que esta abordagem se mostra com uma alternativa apta para acabar com os piores danos relacionados às drogas, aqueles decorrentes da proibição.

A metodologia utilizada na pesquisa foi a revisão de algumas das principais bibliografias sobre a temática, dentre as quais, pela relevância da colaboração prestada ao autor, podem se destacar, não necessariamente nesta ordem, os seguintes nomes: Alessandro Baratta, Maria Lucia Karam, Eugenio Raúl Zaffaroni, Luís Carlos Valois, Carl Hart, Salo de Carvalho, Flávio Bortolozzi Junior, André Luis Pontarolli, dentre outros.

2 AS FUNÇÕES DECLARADAS E LATENTES DO SISTEMA PENAL

2.1 A IDEOLOGIA DE DEFESA SOCIAL COMO FUNÇÃO DECLARADA DO SISTEMA PENAL

Com o propósito de examinar os princípios estruturais e funcionais declarados pelo sistema penal, será apresentada a Ideologia de Defesa Social como pano de fundo teórico que orienta o senso comum e a atuação dos atores do sistema de justiça criminal.

A Ideologia de Defesa Social, segundo Alessandro Baratta⁵, tem seu surgimento contemporaneamente à revolução burguesa, inserindo seus pressupostos no movimento de codificação penal ocidental. O conteúdo dessa ideologia passou a fazer parte da filosofia dominante da ciência jurídica, como também construiu a opinião do homem de rua (*every day theories*) sobre o crime, o criminoso e a resposta punitiva adequada.

A Ideologia de Defesa Social, portanto, dissemina o tipo ideal de resposta ao crime por meio de uma suposta intervenção punitiva racional e científica⁶, que pode ser identificada através dos seguintes princípios basilares apresentados por Alessandro Baratta:

a) Princípio de legitimidade: O Estado, por ser o representante dos valores da sociedade, possui legitimidade para reprimir os delitos praticados por certos indivíduos através das instâncias oficiais de controle social, quais sejam: legislação, polícia, poder judiciário e instituições penitenciárias⁷.

b) Princípio do bom e do mal: O delito é um dano para sociedade, sendo o delinquente um elemento negativo e perturbador da ordem social. Portanto, “o desvio criminal é, pois, o mal; a sociedade constituída, o bem”⁸.

c) Princípio de culpabilidade: O delito é a manifestação de uma atitude reprovável, pois contraria os valores e as normas presentes na sociedade, mesmo antes de ser transformados em legislação⁹.

d) Princípio da finalidade ou da prevenção: A pena não tem, apenas, a função de retribuir o delito, mas também de prevenir o cometimento de crimes através de uma contramotivação ao comportamento criminoso¹⁰.

e) Princípio de igualdade: A lei penal é igual para todos, sendo aplicada igualmente entre todos os autores de delitos¹¹.

⁵ Idem, ibidem, pg. 41.

⁶ CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático da Lei 11.343/06**. 8ª ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2016. Pg. 74.

⁷ BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal**. Tradução Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 6ª edição, outubro de 2011. 2ª reimpressão, agosto de 2014. Pg. 42.

⁸ Idem, ibidem, pg. 42.

⁹ Idem, ibidem, pg. 42.

¹⁰ Idem, ibidem, pg. 42.

¹¹ Idem, ibidem, pg. 42.

f) Princípio do interesse social e do delito natural: Os interesses tutelados pela lei penal são aqueles compartilhados por todos os cidadãos. O núcleo central dos crimes definidos nos códigos penais são as ofensas aos interesses fundamentais, de condições imprescindíveis à existência da sociedade. Desta forma, apenas uma minoria dos delitos representa violação a determinadas conjunturas políticas e econômicas¹².

Esta base principiológica, portanto, legitima e justifica a atuação repressiva do sistema penal, uma vez que o apresenta como um sistema racional que visa tutelar os bens jurídicos mais importantes compartilhados por todos na sociedade, como também afirma igualizar a repressão ao delito¹³.

O conceito de defesa social, assim, se apresenta como um grande avanço na ciência penal, pois é o resultado dos maiores progressos realizados por ela. No entanto, conforme assevera Alessandro Baratta¹⁴, este conceito é fundado em uma visão abstrata e a-histórica de sociedade, compreendida como uma totalidade de valores e interesses.

Nesse sentido, partindo do ponto de vista da crítica ideológica e da capacidade de analisar de forma realista a questão, a ciência do direito penal apresenta um abissal atraso em relação à interpretação realizada no âmbito das ciências sociais¹⁵.

A Ideologia de Defesa Social permanece norteando a interpretação do crime, do criminoso e da pena na atualidade devido a sua fácil aceitação na opinião pública, desencadeando um constante incremento nas práticas punitivas estatais. Deste modo, através da instrumentalização dos aparelhos repressivos, ocasiona atuação letal em afronta ao discurso oficial de proteção de direitos fundamentais, isto é, ao invés de tutelar bens jurídicos e igualizar a repressão, tem a função de manter a estrutura social verticalizada e atua seletivamente no controle social¹⁶.

As críticas à ideologia de defesa social e ao sistema punitivo como um todo, de forma pormenorizada, serão apresentadas no próximo tópico, mormente utilizando os argumentos da denominada criminologia crítica.

¹² Idem, ibidem, pg. 42.

¹³ CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático da Lei 11.343/06**. 8ª ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2016. Pg. 77.

¹⁴ BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal**. Tradução Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 6ª edição, outubro de 2011. 2ª reimpressão, agosto de 2014. Pg. 47.

¹⁵ Idem, ibidem, pg. 44.

¹⁶ CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático da Lei 11.343/06**. 8ª ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2016. Pg. 77.

2.2 A CRÍTICA CRIMINOLÓGICA E AS FUNÇÕES LATENTES DO SISTEMA PENAL

Não satisfeitos com o discurso relativo às funções que o sistema penal declara exercer, os criminólogos passaram a analisar não apenas o crime e o criminoso, mas, sobretudo, os fatores sociais que constituem o sistema de controle social como um todo, atingindo seu apogeu questionador no momento denominado como nova criminologia ou criminologia crítica.

A criminologia etiquetada como crítica se refere a um amplo campo de discursos, não homogêneos, que tem como ponto comum uma característica fundamental que a distingue da criminologia tradicional (positivista e clássica): a mudança de paradigma, do paradigma etiológico (teoria das causas da criminalidade), para um olhar macrossociológico dos mecanismos de controle social do delito e, especialmente, para o processo de criminalização¹⁷.

O paradigma etiológico parte de uma noção ontológica de criminalidade, ficando fora do objeto de reflexão os mecanismos institucionais e sociais pelos quais se realiza a definição dos comportamentos que são classificados como “criminosos”¹⁸.

A criminologia tradicional pressupõe a sociedade como um todo funcional, pautada no consenso, com relações perfeitas à vida associativa, que fundamentam a constituição de normas de conduta para a sua coesão. As condutas que se ajustam a esses parâmetros são consideradas normais e as condutas que desviam desse padrão são consideradas patológicas, desencadeando o sistema de controle das tendências “egoístas” e “anárquicas” da natureza humana. Nesse esquema de estruturação social, o controle social promovido pelo Estado realiza uma tarefa neutra, mediante a criação das normas que definem os critérios de normalidade e patologia. A ordem social, portanto, é a situação de equilíbrio dentro do qual o crime indica conflito e desorganização¹⁹.

Neste quadro, “as doutrinas de defesa social substancializam e ontologizam o delito” e, portanto, se distanciam da legalidade e da efetiva ofensa aos “bens jurídicos”, pois apresentam o desvio como conduta “imoral” e “antissocial”. O efeito desta união entre direito e moral, é a ausência

¹⁷ BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal**. Tradução Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 6ª edição, outubro de 2011. 2ª reimpressão, agosto de 2014. Pg. 161.

¹⁸ Idem, ibidem, pg. 209.

¹⁹ SANTOS, Juarez Cirino dos. **A criminologia radical**. - 4. ed. - Florianópolis [SC]: Tirant Lo Blanch, 2018. Pg. 54.

de mecanismos formais de limitação do poder punitivo, que tem como consequência a potencialização do poder de coerção direta estatal (poder de polícia)²⁰.

O grande mérito da criminologia crítica em relação a “velha” criminologia é a superação do paradigma etiológico, estruturado na Ideologia de Defesa Social, que compreende, portanto, a superação da concepção do desvio como sendo uma realidade ontológica preexistente à reação social e institucional²¹.

É importante salientar que, quando a criminologia tradicional não põe em xeque a construção política do direito penal, a aparição social de comportamentos desviantes e a sua respectiva reação social, esta criminologia cumpre um importante papel político, qual seja, o de legitimação da ordem social estabelecida²².

Diante disso, a partir da crítica criminologia, o crime não é mais visto como uma qualidade ontológica de determinados comportamentos/indivíduos, mas se apresenta como “status” atribuído a determinados indivíduos através de uma dupla eleição: primeiramente, dos bens jurídicos protegidos e suas respectivas ofensas; em segundo lugar, a seleção dos indivíduos estigmatizados entre todos os que realizam as infrações penais. Desta forma, a criminologia crítica, através de seu enfoque macrossociológico do desenvolvimento das relações de produção e distribuição dentro de uma sociedade, historiciza a realidade do comportamento desviante e a relação que este tem com as estruturas sociais²³.

Logo, é possível observar que o crime é um status jurídico negativo determinado pela seleção prévia e arbitrária realizada a partir de jogos e coalizões dos poderes e que a criminalização está intimamente vinculada à vulnerabilidade da pessoa e/ou grupo social atingida pelos aparelhos coercitivos estatais²⁴.

²⁰ CARVALHO, Salo de. **Antimanual de criminologia**. 6a ed. rev. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2015. Pg. 207.

²¹ BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal**. Tradução Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 6ª edição, outubro de 2011. 2ª reimpressão, agosto de 2014. Pg. 161.

²² BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. – 12a edição, revista e atualizada – Rio de Janeiro: Revan, 2011. 1a reimpressão, abril de 2013. Pg. 30.

²³ BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal**. Tradução Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 6ª edição, outubro de 2011. 2ª reimpressão, agosto de 2014. Pg. 161.

²⁴ CARVALHO, Salo de. **Antimanual de criminologia**. 6a ed. rev. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2015. Pg. 333.

O caráter fragmentário do direito penal, nesta perspectiva, oculta a proteção dos interesses dos grupos sociais de poder econômico e político, acentuando seu foco na criminalização dos comportamentos típicos das classes e grupos subalternos, não limitado apenas a seleção dos tipos legais incriminadores, como também compreende a variação da natureza e da intensidade da punição²⁵.

O sistema de valores presentes no direito penal abstrato (criminalização primária) é predominantemente aquele próprio da cultura burguesa-individualista, onde é dada a máxima importância à proteção do patrimônio privado, atingindo, por consequência, as formas de desvio típicas das camadas sociais mais débeis e marginalizadas da sociedade²⁶.

Portanto, pode-se notar “um nexos funcional entre os mecanismos seletivos e o processo de acumulação de capital. Quem não entender a luta de classes por trás dos processos de criminalização não dará conta do problema”²⁷.

À vista disso, a crítica criminológica visa desconstruir o mito do direito penal como direito igual por primazia, podendo ser resumidos, sinteticamente, seus resultados da seguinte forma: a) o direito penal não protege todos e somente os bens jurídicos mais importantes, compartilhados por todos na sociedade, e quando realiza a punição das ofensas a tais bens, o faz de forma desigual e fragmentária; b) a lei penal não é igual para todos os cidadãos, o “status” de criminoso é distribuído de forma desigual entre todos os indivíduos que cometem crimes (cifra oculta); e c) a efetiva aplicação da lei penal e a distribuição do “status” de criminoso não tem uma correlação necessária à danosidade social das ações e/ou da gravidade da infração à lei, não constituindo assim, a principal variável da reação criminal e de sua intensidade²⁸.

Segundo Eugenio Raúl Zaffaroni, hoje temos a consciência que a realidade operacional do sistema penal jamais poderá adequar-se às suas funções declaradas, uma vez que todos os sistemas

²⁵ SANTOS, Juarez Cirino dos. **A criminologia radical**. - 4. ed. - Florianópolis [SC]: Tirant Lo Blanch, 2018. Pg. 45.

²⁶ BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal**. Tradução Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 6ª edição, outubro de 2011. 2ª reimpressão, agosto de 2014. Pg. 176.

²⁷ BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. – Rio de Janeiro Revan, 2011, 2ª edição, julho de 2012, 2ª reimpressão, 2015. Pg. 90.

²⁸ BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal**. Tradução Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 6ª edição, outubro de 2011. 2ª reimpressão, agosto de 2014. Pg. 162.

penais possuem estruturas próprias de poder que vão de encontro ao discurso jurídico-penal oficial. Nessa acepção, o autor assevera que:

a seletividade, a reprodução da violência, a criação de condições para maiores condutas lesivas, a corrupção institucionalizada, a concentração de poder, a verticalização social e a destruição das relações horizontais ou comunitárias não são características conjunturais, mas estruturais do exercício de poder de todos os sistemas penais²⁹.

A realização da criminalização programada pelo discurso jurídico-penal é tão absurda quanto a acumulação de material bélico nuclear capaz de aniquilar várias vezes toda a vida no planeta. No entanto, enquanto o material bélico efetivamente tem o poder de destruir toda a vida na terra, o sistema penal é um verdadeiro “embuste”, pois pretende dispor de um poder que efetivamente não possui, ocultando o verdadeiro poder que exerce³⁰.

Desta forma, diante da absurda suposição de criminalizar reiteradamente toda a população, o sistema penal está estruturado, de fato, para não cumprir suas funções declaradas e, sim, para exercer seu poder de forma altamente arbitrária e seletiva, dirigida aos setores sociais mais vulneráveis da sociedade³¹.

Alessandro Baratta sustenta que a imagem ideal que o sistema penal propõe de si mesmo em relação às funções que realmente exerce não é fruto de um erro, um caso de azar, de um contratempo consequente de sua realização, mas sim fruto de uma ideologia. O sistema penal se realiza através desta contradição. Esta ideologia penal é inerente à estrutura e ao funcionamento do direito abstrato moderno e tem por função assegurar, reproduzir e legitimar as relações de desigualdades que são inerentes à sociedade capitalista³².

Assim, a explicação do sistema de justiça criminal não deve estar focada nos seus objetivos ideológicos aparentes, de repressão da criminalidade, controle/redução do crime e ressocialização do criminoso, mas, essencialmente, em seu objetivo latente, de instrumento de poder que garante e reproduz as relações sociais. Portanto, o “fracasso” histórico do sistema penal está adstrito aos seus

²⁹ ZAFFARONI, Eugenio Raul. **Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal**. tradução Vania Romano Pedrosa, Amir Lopez da Conceição. – Rio de Janeiro: Revan, 1991, 5a edição, janeiro de 2001, 1ª reimpressão, outubro de 2010, 3a reimpressão, setembro de 2014. Pg. 15.

³⁰ Idem, ibidem, pg. 26.

³¹ Idem, ibidem, pg. 27.

³² BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal**. Tradução Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 6ª edição, outubro de 2011. 2ª reimpressão, agosto de 2014. Pg. 213.

objetivos declarados, pois seus objetivos ocultos evidenciam o êxito absoluto deste aparelho de poder econômico e político da sociedade capitalista³³.

A partir do exposto até aqui, nota-se que a realidade operacional do sistema penal está bem distante do seu discurso manifesto, assim como que este sistema tem como função principal o controle das grandes massas a fim garantir as relações de desigualdades sociais presentes no capitalismo.

No entanto, o direito penal ainda aparece no senso comum das pessoas como o modelo preferencial de solução de conflitos, não obstante sua manifesta ineficácia. Neste ínterim, é salutar a comparação realizada por ZAFFARONI³⁴:

Ninguém compra um apartamento impressionado por uma bela maquete apresentada por uma empresa notoriamente insolvente; no entanto, compramos a suposta segurança que o sistema penal nos vende, que é a empresa de mais notória insolvência estrutural em nossa civilização.

Como se analisará no próximo capítulo, no âmbito da política de drogas (de guerra às “drogas”, ou melhor, de guerra às pessoas vulneráveis envolvidas direta e/ou indiretamente com “drogas”), os efeitos do atual modelo proibicionista, fundado em critérios morais (não científicos), são perversos (mortes, encarceramento em massa, corrupção, crime organizado, mercado ilegal, ausência de controle sobre as substâncias, lavagem de dinheiro, danos ambientais etc.), em oposição frontal ao discurso oficial de proteção ao bem jurídico “saúde pública”.

3 O PARADOXO DA PROIBIÇÃO DAS “DROGAS”

A partir das breves considerações traçadas até aqui, nota-se que o sistema penal é permeado por uma série de incoerências e que a realidade operacional está bem distante de seu discurso manifesto. No entanto, apesar das inúmeras abordagens possíveis, mais efetivas e menos danosas, o direito penal foi o mecanismo adotado para lidar com este tema tão complexo que é a questão das drogas.

³³ SANTOS, Juarez Cirino dos. **A criminologia radical**. - 4. ed. - Florianópolis [SC]: Tirant Lo Blanch, 2018. Pg. 45.

³⁴ ZAFFARONI, Eugenio Raul. **Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal**. tradução Vania Romano Pedrosa, Amir Lopez da Conceição. – Rio de Janeiro: Revan, 1991, 5a edição, janeiro de 2001, 1ª reimpressão, outubro de 2010, 3a reimpressão, setembro de 2014. Pg. 27.

Diante disso, “se o poder punitivo não serve para o que pretende, não é questão de entrar na discussão acerca da maldade do que diz combater, e, sim, simplesmente, mostrar que não o faz”³⁵.

O presente capítulo, portanto, tem como propósito analisar a atual política proibicionista das “drogas” – ou melhor, “das arbitrariamente selecionadas drogas tornadas ilícitas”, conforme a locução utilizada por Maria Lúcia Karam³⁶ – e seus paradoxos e antagonismos.

Para tanto, será utilizada a classificação realizada por Alessandro Baratta^{37 38} entre efeitos primários e secundários das drogas, especialmente com foco nos secundários, pois são o objeto da presente investigação.

Por efeitos primários se entende aqueles decorrentes da própria natureza farmacológica das substâncias psicotrópicas, independentes da proibição, que podem ser tanto negativos (danos à saúde do consumidor e o eventual risco de adicção) como positivos^{39 40}.

Por outro lado, os efeitos secundários, aqueles decorrentes da criminalização, que, diferentemente dos efeitos primários, “*son calificables como negativos desde todos los puntos de vista. Así pues, podemos llamarlos ‘costos sociales’ de la penalización de la droga*”^{41 42}.

Portanto, a finalidade do presente capítulo não é realizar um panorama histórico do proibicionismo⁴³, mas sim examinar o paradoxo entre seus objetivos declarados e os seus custos sociais.

³⁵ Idem, ibidem, pg. 45.

³⁶ KARAM, Maria Lucia. **Legalização das Drogas**. – 1. ed. – São Paulo: Estúdio Editores.com, 2015.

³⁷ BARATTA, Alessandro. **Introducción a una Sociología de la Droga: Problemas y Contradicciones del Control Penal de las Drogodependencias**. Revista Jurídica Online – Universidad Católica de Santiago de Guayaquil. Equador. 7 ed. p.197-224. Fevereiro de 1993. Pg 205.

³⁸ BARATTA, Alessandro. **Criminología y sistema penal: Compilación in memoriam**. 1. ed. Argentina: Euros Editores S.R.L, 2004. 459 p. v. 1. Pg. 122.

³⁹ Nesse sentido, vide: HART, 2021, pg. 286-296. “Não importava se a droga em questão fosse maconha, cocaína, heroína, metanfetamina ou psilocibina. Em sua imensa maioria, os consumidores afirmavam se sentir mais altruístas, empáticos, eufóricos, concentrados, gratos e tranquilos. Eles também sentiam uma melhoria nas interações sociais, um maior senso de propósito e significado e melhor intimidade e desempenho sexual. Essa constelação de descobertas pôs em xeque minhas crenças originais sobre as drogas e seus efeitos. Eu fora doutrinado para sempre ver os efeitos negativos do uso de drogas. Mas, nas últimas duas décadas, adquiri uma compreensão mais profunda e elaborada.”

⁴⁰ BARATTA, Alessandro. **Criminología y sistema penal: Compilación in memoriam**. 1. ed. Argentina: Euros Editores S.R.L, 2004. 459 p. v. 1. Pg. 122.

⁴¹ Tradução livre: “são qualificados como negativos de todos os pontos de vista. Assim, podemos chamá-los de ‘custos sociais’ da criminalização das drogas”

⁴² BARATTA, Alessandro. **Introducción a una Sociología de la Droga: Problemas y Contradicciones del Control Penal de las Drogodependencias**. Revista Jurídica Online – Universidad Católica de Santiago de Guayaquil. Equador. 7 ed. p.197-224. Fevereiro de 1993. Pg 205.

⁴³ Nesse sentido, vide: VALOIS, Luís Carlos. **O direito penal da guerra às drogas**. – 3. ed. Belo Horizonte, São Paulo: D’Plácido, 2020.

3.1 O OBJETIVO DECLARADO DA PROIBIÇÃO DAS ARBITRARIAMENTE SELECIONADAS DROGAS TORNADAS ILÍCITAS

O objetivo declarado da proibição das selecionadas drogas pode ser visualizado por meio das três convenções da Organização das Nações Unidas, vigentes e complementares, sobre o tema: a Convenção Única sobre Entorpecentes de 1961; o Convênio sobre Substâncias Psicotrópicas de 1971; e a Convenção das Nações Unidas Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas de 1988 (Convenção de Viena).

De forma sintética, os referidos diplomas internacionais têm como intuito restringir a fins exclusivamente médicos e científicos a produção, a distribuição e o consumo das drogas tornadas ilícitas, por meio da criminalização das condutas que não estejam em conformidade com estes fins, ou seja, almejam um “mundo livre das drogas”⁴⁴.

No entanto, a opção pela proibição do comércio e do consumo destas selecionadas substâncias em âmbito global, que surgiu há pouco mais de cem anos, não tem como base questões farmacológicas e critérios racionais, mas sim “considerações morais, falta de conhecimento sobre as substâncias e racismo – muito racismo”⁴⁵.

Conforme assevera Carl Hart, neurocientista e professor da Universidade de Columbia, especialista em uso de drogas, não há motivos farmacológicos sólidos e racionais para explicar o fato do álcool e o tabaco serem legais e a maconha e a cocaína, não⁴⁶.

Não há necessariamente qualquer peculiaridade ou diferença relevante entre as arbitrariamente selecionadas drogas tornadas ilícitas e as drogas que hoje permanecem lícitas. Todas estas substâncias provocam alterações na psique humana e podem, eventualmente, ser perigosas e/ou viciantes, dependendo dos padrões de uso e da predisposição do usuário⁴⁷.

⁴⁴ KARAM, Maria Lucia. **Legalização das Drogas**. – 1. ed. – São Paulo: Estúdio Editores.com, 2015. Pg. 07.

⁴⁵ LEMGRUBER, Julita (coord.) et al. **Um tiro no pé: Impactos da proibição das drogas no orçamento do sistema de justiça criminal do Rio de Janeiro e São Paulo**. Relatório da primeira etapa do projeto "Drogas: Quanto custa proibir". Rio de Janeiro: CESeC, março de 2021. Pg. 08.

⁴⁶ HART, Carl. **Um preço muito alto: a jornada de um neurocientista que desafia nossa visão sobre as drogas**. tradução Clóvis Marques. 1. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014. Pg. 235.

⁴⁷ KARAM, Maria Lucia. **Legalização das Drogas**. – 1. ed. – São Paulo: Estúdio Editores.com, 2015. Pg. 19.

Nesse sentido, “o importante, portanto, não parece ser nem a substância nem sua definição, e muito menos sua capacidade ou não de alterar de algum modo o ser humano, mas muito mais o discurso que se constrói em torno dela”⁴⁸.

A proibição é um problema de razões históricas e sociais, permeado por histerias sensacionalistas sobre o uso de drogas entre as minorias desprezadas que alimentaram a opinião pública sobre o tema. No âmago da proibição das drogas está implícito o preconceito e o intuito de controlar pessoas enxergadas como inferiores, menos humanas e menos racionais. Isto fica claro quando se observa o anseio em: controlar os ferroviários chineses na Califórnia (consumidores de ópio); reprimir os negros no sul dos EUA (consumidores de cocaína); reprimir os imigrantes latinos nos EUA (consumidores de maconha); ou reprimir escravos no Rio de Janeiro (consumidores de maconha), por meio da proibição do “pito de pango” em 1830 (Posturas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Seção Primeira Saúde Pública, Título 2º, § 7º)^{49 50 51 52}.

Na proibição das “drogas” há, antes de tudo, a estigmatização moral, pois a guerra às drogas é “uma guerra cultural, moralizante, de adaptação dos desviantes. Os usuários são estigmatizados, estereotipados, colocados à margem da sociedade”⁵³.

Portanto, fica cada vez mais notório o fato de que a divisão entre drogas lícitas ou ilícitas é contingencial, não tendo uma correlação necessária com a natureza da substância em si, mas sim está efetivamente ancorada em determinantes do contexto político, econômico e moral⁵⁴.

Para que as drogas fossem proibidas foram necessários “muitos distúrbios, mentiras científicas, interesses políticos e, principalmente, a cegueira oriunda do interesse pessoal de alguns indivíduos”⁵⁵.

⁴⁸ OLMO, Rosa Del. **A face oculta da droga. tradução de Teresa Ottoni.** — Rio de Janeiro: Revan, 1990. Pg. 22.

⁴⁹ HART, Carl. **Um preço muito alto: a jornada de um neurocientista que desafia nossa visão sobre as drogas.** tradução Clóvis Marques. 1. ed. — Rio de Janeiro: Zahar, 2014. Pg. 235.

⁵⁰ KARAM, Maria Lucia. **Legalização das Drogas.** — 1. ed. — São Paulo: Estúdio Editores.com, 2015. Pg. 54.

⁵¹ BARROS, André. O racismo e o pito do Pango. *Mídia Ninja*, 27 de nov. de 2019. Disponível em: <<https://midianinja.org/andrebarros/o-racismo-e-o-pito-do-pango/>>. Acesso em: 03 de set. de 2021.

⁵² VALOIS, Luís Carlos. **O direito penal da guerra às drogas.** — 3. ed. Belo Horizonte, São Paulo: D’Plácido, 2020. Pg. 253.

⁵³ PONTAROLLI, André Luis. **Drogas: crise paradigmática e alternativas ao modelo proibicionista** / André Luis Pontarolli. — Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. Pg. 76.

⁵⁴ JUNIOR, Flávio Bortolozzi. **“Resistir para re-existir” Criminologia (d)e resistência e a (necro)política brasileira de drogas.** — 1 reimp. — Belo Horizonte: Editora D’Plácido, 2020. Pg. 263.

⁵⁵ VALOIS, Luís Carlos. **O direito penal da guerra às drogas.** — 3. ed. Belo Horizonte, São Paulo: D’Plácido, 2020. Pg. 101.

Outro ponto importante para entender a criminalização de certas substâncias é o fato de que as pesquisas científicas sobre o uso/abuso de drogas, especialmente as financiadas pelo governo, se concentram quase que exclusivamente nos efeitos prejudiciais delas, mesmo que estes sejam minoritários. O exemplo disso é que mesmo em relação às drogas mais estigmatizadas, como heroína, metanfetamina e crack, apenas 10% a 30% dos usuários se tornam dependentes. É como se quando alguém que estivesse interessado em dirigir um veículo automotor só conseguisse encontrar informações sobre acidentes de trânsito ou de como consertar automóveis após um acidente⁵⁶.

Ademais, é necessário salientar que em uma democracia o Estado não tem o direito de interferir na liberdade de escolha dos cidadãos, escolhas estas que dizem respeito apenas ao próprio indivíduo, não afetam terceiros. Intervenções desta natureza, que tem como escopo proteger o indivíduo de suas próprias escolhas, vão de encontro com a própria ideia de democracia, pois desconsideram a capacidade de fala do sujeito, sua própria autonomia e responsabilidade sobre seus interesses^{57 58}.

Da mesma forma, quando o Estado de Direito defende a propriedade, o consumo e suas relações e, especialmente, o livre mercado, mas, ao mesmo tempo, criminaliza e encarcera dezenas de milhares de pessoas por uma simples relação comercial voluntária e espontânea, que é a compra e venda de drogas, este próprio Estado de Direito está embebido em uma irracionalidade abominável⁵⁹.

É possível notar, também, que governantes utilizam as drogas como bode expiatório para encobrir os problemas sociais enfrentados pela população. A droga, assim, é considerada culpada pelos problemas sociais mais incômodos, que vão desde a taxa de desemprego entre pobres e negros até a desumanidade e a criminalidade. Desta forma, os políticos esquivam-se dos verdadeiros problemas sociais, como: educação precária; insuficiência de empregos com salários dignos; acesso a habitação e serviços públicos básicos; discriminação racial; etc.⁶⁰.

⁵⁶ HART, Carl. **Drogas para adultos. tradução Pedro Maia Soares.** 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2021. Pg. 22 e 25.

⁵⁷ KARAM, Maria Lucia. **Legalização das Drogas.** – 1. ed. – São Paulo: Estúdio Editores.com, 2015. Pg. 23.

⁵⁸ CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático da Lei 11.343/06.** 8ª ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2016. Pg. 352.

⁵⁹ VALOIS, Luís Carlos. **O direito penal da guerra às drogas.** – 3. ed. Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2020. Pg. 328 e 329.

⁶⁰ HART, Carl. **Drogas para adultos. tradução Pedro Maia Soares.** 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2021. Pg. 236.

Em síntese, se o objetivo (declarado) da proibição era diminuir a disponibilidade das selecionadas substâncias tornadas ilícitas, levando a uma queda acentuada no consumo e nos problemas relativos ao uso inseguro (dependência e overdose), o seu fracasso é evidente⁶¹.

Atualmente, o fracasso da política de drogas é reconhecido pela Comissão Global de Política Sobre Drogas, pois:

Em vez de atender aos objetivos das três convenções internacionais sobre drogas, as atuais políticas de drogas não estão reduzindo nem a demanda nem a oferta de drogas ilegais, muito pelo contrário. Ao mesmo tempo, o poder crescente do crime organizado é uma triste realidade. O dano à saúde pública e individual é grande: não só o número de intoxicações - muitas vezes mortais - aumenta, mas o HIV e a hepatite C continuam a se espalhar entre pessoas que usam drogas injetáveis e a população em geral. Além disso, o tecido social e as instituições do Estado são mais afetados por políticas repressivas dirigidas aos mais vulneráveis, com a corrupção e a violência causando mais mortes, desaparecimentos e deslocamento de pessoas do que as guerras em certos países⁶².

No entanto, os proibicionistas defendem que as falhas históricas desta política não estão relacionadas à falha relativa ao próprio fundamento do paradigma proibicionista, mas sim à falta de recursos, aplicação da lei e coordenação. Seguindo esta lógica, sustentam que a guerra às drogas ilícitas poderia ser vencida caso fosse melhor coordenada ou combatida com vigor suficiente. No entanto, não se atentam para o fato de que as leis econômicas de oferta e demanda não se alteram com facilidade. Assim, mesmo que haja uma redução temporária na oferta, por exemplo, apenas os preços aumentam ou a pureza das substâncias diminui, diante da baixa elasticidade da demanda por drogas. Preços mais altos atraem novos comerciantes a explorar as novas oportunidades de lucro e um novo equilíbrio é estabelecido. Não há evidências sólidas da existência de um limiar mágico de intensidade de fiscalização que faça o tráfico de drogas ilícitas desaparecer⁶³.

Quando se reduz a problemática das drogas ao âmbito do sistema penal, além de inviabilizar a utilização de soluções menos danosas e mais efetivas, potencializa-se os efeitos colaterais da incriminação: a promessa de contramotivação do crime impulsiona a criminalização secundária; a repressão do consumo estigmatiza o usuário; e a tentativa de acabar com o tráfico ilícito transverte-

⁶¹ LEMGRUBER, Julita (coord.) et al. **Um tiro no pé: Impactos da proibição das drogas no orçamento do sistema de justiça criminal do Rio de Janeiro e São Paulo**. Relatório da primeira etapa do projeto "Drogas: Quanto custa proibir". Rio de Janeiro: CESeC, março de 2021. Pg. 09.

⁶² COMISSÃO GLOBAL DE POLÍTICA DE DROGAS. **Regulação: O controle de drogas responsável** [informe 2018]. Genebra, 2018. Disponível em: <<http://www.globalcommissionondrugs.org/reports/regulation-the-responsible-control-of-drugs>>. Acesso em: 13 set. 2021. Pg 5.

⁶³ Idem, ibidem, pg. 29.

se na criminalização dos setores mais vulneráveis da sociedade. Outrossim, o proibicionismo produz significantes problemas sanitários e econômicos, favorece o aumento da corrupção das autoridades do poder repressivo, institui regimes autoritários de penas aos consumidores e pequenos comerciantes e restringe os programas médicos e sociais de prevenção⁶⁴.

A proibição se materializa na “guerra às drogas”, a qual é permeada pela violência policial contra favelas e periferias, pela corrupção de agentes estatais e pela formação de gigantescos mercados ilícitos. Logo, se o seu objeto não declarado é submeter minorias raciais ao encarceramento e a violência, tornar o mercado das drogas ilícitas altamente lucrativo e nutrir o comércio internacional de armas e munições, talvez possa se dizer que a proibição funciona⁶⁵.

Destarte, “quando um conflito é por demais sério, não pode ficar nas mãos do sistema penal, que defende soluções ilusórias que na realidade só produzem mortes, corrupção e destruição da sociedade”⁶⁶.

3.2 CUSTOS SOCIAIS DA PROIBIÇÃO DAS ARBITRARIAMENTE SELECIONADAS DROGAS TORNADAS ILÍCITAS

A proibição das selecionadas drogas tornadas ilícitas tem pouco ou quase nenhum efeito em relação ao seu objetivo declarado que é eliminar, ou ao menos reduzir, a oferta e a demanda por drogas ilegais. No entanto, ela não é apenas uma política falida, é muito pior que isso.

A “guerra às drogas” produz uma série de efeitos colaterais perversos, muito mais graves que os riscos e danos ocasionados pelo uso de qualquer droga tornada ilícita. Chamaremos estes efeitos colaterais de custos sociais da criminalização das drogas, uma vez que, conforme atesta BARATTA,

⁶⁴ CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático da Lei 11.343/06**. 8ª ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2016. Pg. 226.

⁶⁵ LEMGRUBER, Julita (coord.) et al. **Um tiro no pé: Impactos da proibição das drogas no orçamento do sistema de justiça criminal do Rio de Janeiro e São Paulo**. Relatório da primeira etapa do projeto "Drogas: Quanto custa proibir". Rio de Janeiro: CESeC, março de 2021. Pg. 09.

⁶⁶ ZAFFARONI, Eugenio Raul. **Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal**. tradução Vania Romano Pedrosa, Amir Lopez da Conceição. – Rio de Janeiro: Revan, 1991, 5ª edição, janeiro de 2001, 1ª reimpressão, outubro de 2010, 3ª reimpressão, setembro de 2014. Pg. 220.

“*son bastantes más importantes que los efectos primários [decorrentes do caráter farmacológico das substâncias], tanto en relación con los consumidores como con la sociedad*”^{67 68}.

Os custos sociais da criminalização drogas são imensuráveis: violência; encarceramento em massa; corrupção; crime organizado; mercado ilegal; ausência de controle sobre as substâncias; lavagem de dinheiro; riscos e danos ao meio ambiente; dispêndio do orçamento público; etc. No entanto, diante da infinidade e complexidade destes custos sociais e das limitações inerentes a presente investigação, será dado foco apenas à violência e ao encarceramento em massa, devido à severidade de suas implicações sociais.

A produção e o comércio de drogas não são atividades violentas em si mesmas. Não há pessoas fortemente armadas, trocando tiros, disputando território próximo às fábricas de cerveja ou nos locais de venda dessa e de outras bebidas alcoólicas, exceto na época da proibição do álcool nos EUA, entre os anos 1920 e 1933. Por que seria diferente na produção e no comércio de maconha ou cocaína? A resposta parece muito simples: não são as drogas que causam violência, mas sim a proibição. A ilegalidade cria e entrega um próspero mercado consumidor a empresas criminalizadas que se valem da violência para gerirem seus negócios⁶⁹.

As drogas hoje representam o maior mercado ilegal de commodities do mundo. Em 2005, por exemplo, estimou-se uma receita superior a 320 bilhões de dólares no varejo. Diante da alta demanda por drogas ilegais e de uma política proibicionista inflexível, o resultado foi a expansão do mercado global, controlado exclusivamente por empreendedores criminalizados. Não é de se espantar que existam muitos interessados em competir em um mercado em que, não raramente, o preço de um produto, da produção até o varejo, aumente cerca de cem vezes⁷⁰.

Desta feita, uma vez que este mercado altamente lucrativo e de amplas dimensões é tornado ilícito, não pode se assegurar da lógica dos mercados lícitos para subsistir, mas deve necessariamente se valer de práticas subterrâneas, como a violência e a corrupção. O mercado das drogas ilícitas

⁶⁷ Tradução livre: “São muito mais importantes do que os efeitos primários [decorrentes do caráter farmacológico das substâncias], tanto em relação aos consumidores como à sociedade.”

⁶⁸ BARATTA, Alessandro. **Introducción a una Sociología de la Droga: Problemas y Contradicciones del Control Penal de las Drogodependencias**. Revista Jurídica Online – Universidad Católica de Santiago de Guayaquil. Equador. 7 ed. p.197-224. Fevereiro de 1993. Pg 206.

⁶⁹ KARAM, Maria Lucia. **Legalização das Drogas**. – 1. ed. – São Paulo: Estúdio Editores.com, 2015. Pg. 35 e 36.

⁷⁰ COMISSÃO GLOBAL DE POLÍTICA DE DROGAS. **Regulação: O controle de drogas responsável** [informe 2018]. Genebra, 2018. Disponível em: <<http://www.globalcommissionondrugs.org/reports/regulation-the-responsible-control-of-drugs>>. Acesso em: 13 set. 2021. Pg 19.

demanda que os comerciantes deste meio utilizem de condições próprias, como a força e a violência, para conquistarem e gerirem seus negócios. Esta lógica é a causa dos elevados índices de letalidade, tanto por parte dos comerciantes como por parte das forças estatais⁷¹.

A escalada repressiva da guerra às drogas, além de se demonstrar totalmente inútil para alcançar seu objetivo declarado, também acaba contribuindo para o aumento da violência. Ao afetar o equilíbrio do mercado clandestino, atores mais violentos, com armas mais poderosas, entram em cena, atraindo intervenções estatais mais agressivas que, por sua vez, provocam mais violência, em ciclo vicioso sanguinário e letal (vide os exemplos da Colômbia, do México e do Brasil)⁷².

No cenário brasileiro, a guerra às drogas desvirtuou a discussão relativa à saúde pública e intensificou a (hiper)militarização da segurança pública. O foco desta política é o “traficante”, sujeito socialmente construído como risco para a sociedade, que deve ser objeto de intervenções, controle, neutralização e governamento em nome da segurança, ou seja, em defesa da sociedade. A violência empregada pelas forças policiais responsáveis pelo enfrentamento dos varejistas do mercado ilícito de drogas é a marca da guerra às drogas⁷³. Sendo assim, “em um contexto de matar ou morrer, matam e morrem, tanto policiais, quanto inimigos, quanto inocentes, numa guerra onde não se vislumbra fim”⁷⁴.

Isto fica claro quando se examina operações policiais da guerra às drogas, como, por exemplo, a operação realizada pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro denominada “Exceptis”, mais conhecida como chacina do Jacarezinho, que terminou com “28 vítimas – três a mais do que o divulgado inicialmente, de acordo com a Polícia Civil – e se tornou a mais letal da história do Rio e a segunda maior chacina já registrada no Estado”⁷⁵.

⁷¹ JUNIOR, Flávio Bortolozzi. “Resistir para re-existir” **Criminologia (d)e resistência e a (necro)política brasileira de drogas**. – 1 reimp. – Belo Horizonte: Editora D’Plácido, 2020. Pg. 253 e 254.

⁷² KARAM, Maria Lucia. **Legalização das Drogas**. – 1. ed. – São Paulo: Estúdio Editores.com, 2015. Pg. 37.

⁷³ JUNIOR, Flávio Bortolozzi. “Resistir para re-existir” **Criminologia (d)e resistência e a (necro)política brasileira de drogas**. – 1 reimp. – Belo Horizonte: Editora D’Plácido, 2020. Pg. 238, 254 e 255.

⁷⁴ BAYER, Diego Augusto; LOCATELLI, Cidânia Aparecida; TASCA, Julia. Por um novo sistema para lida com as drogas. In: 10 Anos da lei de drogas: aspectos criminológicos, dogmáticos e político-criminais. CARVALHO, Érika Mendes de; ÁVILA, Gustavo Noronha de. [Orgs.] – Belo Horizonte: Editora D’Plácido, 2016. Pg. 367.

⁷⁵ BETIM, Felipe; OLLIVEIRA, Cecília. **Mortos na chacina do Jacarezinho sobem para 28. Ao menos 13 não eram investigados na operação**. El país, 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-07/maioria-dos-mortos-na-chacina-do-jacarezinho-nao-era-suspeita-em-investigacao-que-motivou-a-acao-policial.html>> Acesso em: 24 set. 2021.

Esta política perversa se constitui como principal álibi para justificar o fortalecimento do aparato repressivo estatal e a brutalidade do tratamento dos traficantes de drogas. Porém, o termo “traficantes de drogas” não se refere a qualquer pessoa que comercializa drogas ilegais em qualquer local da cidade. O alvo desta guerra são as pessoas que trabalham no varejo das drogas nas favelas, “a ponta mais fraca e negra desse mercado”⁷⁶.

Em 2016, foram registradas 62.517 mortes violentas intencionais no Brasil, dentre as quais 4.222 são por resultado de intervenções das polícias civis e/ou militares. Neste mesmo ano, 453 policiais foram mortos, ou seja, temos a polícia que mais mata e também mais morre no mundo. A seletividade destas mortes violentas intencionais ocorridas no Brasil é impressionante. A maior parte dos mortos é formado por jovens negros da periferia, ligados ao tráfico das drogas tornadas ilícitas, fruto direto da fracassada política proibicionista de guerra às drogas⁷⁷.

Em 2017, 1.127 pessoas foram mortas pela polícia no Estado do Rio de Janeiro. A maior parte dessas vítimas eram: jovens, quase 45% tinham entre 12 a 29 anos de idade; 97,1% eram do sexo masculino; e 77,1% eram negros, enquanto apenas 55,7% se autodeclararam pretos ou pardos no Estado. Apesar da retórica oficial de que essas mortes são consequência inevitável do “combate ao crime”, não há evidências no sentido de que exista uma relação entre aumento da letalidade policial e a redução dos índices criminais⁷⁸.

A desproporcionalidade da repressão nos bairros mais desfavorecidos sempre foi totalmente previsível (pela própria forma seletiva que orienta o exercício do sistema penal), pois “neles a presença policial é particularmente densa, o tráfico ilícito é facilmente identificado e a impotência dos habitantes permite à ação repressiva toda a liberdade”⁷⁹.

Na “guerra às drogas”, quando se trata da criminalidade dos ricos e poderosos, no entanto, as coisas são diferentes. No caso do banco HSBC, por exemplo, havia provas robustas e incontestáveis

⁷⁶ LEMGRUBER, Julita (coord.) et al. **Um tiro no pé: Impactos da proibição das drogas no orçamento do sistema de justiça criminal do Rio de Janeiro e São Paulo**. Relatório da primeira etapa do projeto "Drogas: Quanto custa proibir". Rio de Janeiro: CESeC, março de 2021. Pg. 18.

⁷⁷ JUNIOR, Flávio Bortolozzi. **“Resistir para re-existir” Criminologia (d)e resistência e a (necro)política brasileira de drogas**. – 1 reimp. – Belo Horizonte: Editora D’Plácito, 2020. Pg. 159/161.

⁷⁸ LEMGRUBER, Julita (coord.) et al. **Um tiro no pé: Impactos da proibição das drogas no orçamento do sistema de justiça criminal do Rio de Janeiro e São Paulo**. Relatório da primeira etapa do projeto "Drogas: Quanto custa proibir". Rio de Janeiro: CESeC, março de 2021. Pg. 20.

⁷⁹ WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estado Unidos** / Loïc Wacquant – Rio de Janeiro: F. Bastos, 2001, Revan, 2003. Pg. 29.

de que o banco, por meio de suas subsidiárias estadunidenses, viabilizava a transferência de grandes somas de dinheiro oriundos dos cartéis mexicanos. Neste caso, os promotores dos EUA deixaram de propor a ação penal, alegando que a persecução penal estigmatizaria um dos maiores bancos mundiais e desestabilizaria o sistema financeiro global, tendo optado por fazer um acordo com os responsáveis pelo banco. Quando se trata da persecução penal de pessoas pobres, obviamente, o sistema de justiça criminal não tem este mesmo cuidado⁸⁰. Portanto, fica claro que “o feio do tráfico de drogas é andar de chinelos”⁸¹.

De outro norte, nota-se no Brasil, a partir da década de 1990, uma expansão do discurso e das práticas punitivas, oriunda da lógica “neoliberal”, que amplificou substancialmente o programa de criminalização primária. Essas medidas afetam a percepção social de segurança da população, que passa a se sentir mais segura diante da criação de novas normas penais incriminadoras. Porém, insta salientar que esta tática eleitoreira muito utilizada pelo poder político não é dotada de eficácia real, uma vez que não há uma correlação entre aumento da criminalização primária e a redução das estatísticas criminais⁸².

O fruto direto desse populismo penal é o fenômeno do encarceramento em massa vivenciado no Brasil, que hoje ocupa o 3º lugar no ranking de países com maior número de pessoas presas no mundo, considerando o número absoluto de detentos. Entre 1990 e 2017, por exemplo, a população carcerária brasileira saltou de 90.000 para 726.712 pessoas, isto é, houve um aumento de 707%, sem nenhum resultado positivo para a segurança pública; o cenário atual é caótico: superlotação das penitenciárias, violação sistemática de direitos humanos, rebeliões violentas e o fortalecimento das facções criminosas⁸³.

A política proibicionista de guerra às drogas que, em virtude de seus excessos e das suas lacunas/vazios de legalidade, ativa a máquina persecutória estatal, habilitando as agências punitivas

⁸⁰ KARAM, Maria Lucia. **Legalização das Drogas**. – 1. ed. – São Paulo: Estúdio Editores.com, 2015. Pg. 53 e 54.

⁸¹ VALOIS, Luís Carlos. **O direito penal da guerra às drogas**. – 3. ed. Belo Horizonte, São Paulo: D’Plácido, 2020. Pg. 574.

⁸² JUNIOR, Flávio Bortolozzi. **“Resistir para re-existir” Criminologia (d)e resistência e a (necro)política brasileira de drogas**. – 1 reimp. – Belo Horizonte: Editora D’Plácido, 2020. Pg. 149 e 150.

⁸³ Idem, ibidem, pg. 151.

aos processos de criminalização, possui grande influência no cenário do hiperencarceramento brasileiro⁸⁴.

A legislação de 2006 teve um papel central nessa questão. O “progresso” da nova legislação em eliminar a pena de prisão para os usuários de drogas (art. 28), embora tenha “beneficiado” os consumidores, aumentou a pena mínima do tráfico de 3 para 5 anos, fato que impulsionou substancialmente o encarceramento em massa, visto que a resposta punitiva ao condenado por tráfico de drogas sempre será o encarceramento. No mais, considerando a falta de critérios objetivos de diferenciação entre usuários e traficantes, a subjetividade dos critérios legais abre espaço para a reificação das concepções sobre quem sejam os traficantes e os usuários e acaba se tornando um instrumento encarcerador dirigido à um grupo específico da população envolvida com drogas: jovens pobres, pardos, habitantes das periferias das grandes cidades^{85 86}.

É possível notar uma escalada no recurso ao aprisionamento como forma de gerir a questão das drogas no Brasil. Em 2005, ano do primeiro censo realizado pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN, o percentual de pessoas presas em virtude da lei de drogas correspondia a 9,1% do total da população carcerária. Em 2008, este índice subiu para 17,5%, passando para 25,21% em 2012 e atingindo 28,47% do total da população carcerária em 2016⁸⁷.

Conforme os dados mais recentes fornecidos pelo INFOPEN, entre o período de julho a dezembro de 2019, a população carcerária brasileira perfazia 989.263 pessoas, 954.898 pertencente ao grupo masculino e 34.365 ao grupo feminino. Estavam encarcerados por crimes relacionados a lei de drogas (Lei nº 6.368/76 e Lei nº 11.343/06) 200.583 pessoas (20,28% do total da população

⁸⁴ CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático da Lei 11.343/06**. 8ª ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2016. Pg. 448.

⁸⁵ AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; HYPOLITO, Laura Girardi. **Impacto da Lei 11.343/06 no encarceramento e possíveis alternativas**. In: 10 Anos da lei de drogas: aspectos criminológicos, dogmáticos e político-criminais. CARVALHO, Érika Mendes de; ÁVILA, Gustavo Noronha de. [Orgs.] – Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016. Pg. 246 e 247.

⁸⁶ RICO, Juanita. **50 anos contra as drogas: uma guerra perdida. Richard Nixon declarou as drogas "inimigo público número um" em 1971. Hoje, a América Latina ainda sofre as consequências**. OpenDemocracy, 2021. Disponível em: <<https://www.opendemocracy.net/pt/cinquenta-anos-contra-as-drogas-uma-guerra-perdida/>> Acesso em: 30 set. 2021.

⁸⁷ JUNIOR, Flávio Bortolozzi. **“Resistir para re-existir” Criminologia (d)e resistência e a (necro)política brasileira de drogas**. – 1 reimp. – Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2020. Pg. 232.

carcerária), sendo 183.077 do grupo masculino (19,17% do total da população carcerária masculina) e 17.506 do grupo feminino (assustadores 50,94% do total da população carcerária feminina)⁸⁸.

Os efeitos diretos do proibicionismo ganham significado quando a assepsia das estatísticas é convertida em biografia de pessoas de carne e osso que sofrem diretamente as consequências desta esquizofrênica política de drogas, pois “quando concretizamos os problemas é que percebemos os danos colaterais, para além daqueles descritos burocraticamente nas estatísticas criminais”⁸⁹.

Como visto acima, as mulheres são as que proporcionalmente mais sofrem com o hiperencarceramento oriundo da política proibicionista. Este sofrimento não é apenas quantitativo, mas qualitativo. A mesma lei que pretende resguardar à saúde pública da população, por meio da criminalização de uma transação comercial voluntária e espontânea, coloca um número assustador de mulheres em estabelecimentos prisionais imundos, onde presas utilizam miolo de pão como absorvente, presas grávidas dão à luz algemadas e crianças vivem em meio caos dos estabelecimentos penais (é indiscutível o fato de que a pena está passando da pessoa do apenado neste último caso)⁹⁰.

A população carcerária feminina cresceu 567% entre o período de 2001 a 2016, passando de 5.601 para 37.380 detentas, destas: 67% eram negras; 87% eram mães, na maioria de mais de dois filhos; e grande parte, cerca de 68%, estava presa pelo delito de tráfico drogas, normalmente em pequenas quantidades. A maioria esmagadora dessas mulheres não estava ligada a organizações criminosas e possuíam posições coadjuvantes no tráfico, como serviços de transporte (“mula”) ou de pequeno comércio (“vapor”), muitas delas pela necessidade de sustentar a própria família, considerando a dificuldade em garantir condições materiais mínimas para uma existência digna através de empregos lícitos⁹¹.

⁸⁸ BRASIL. **Painel Interativo dezembro – 2019 / Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública / Departamento Penitenciário Nacional, 2020. Disponível em: <[⁸⁹ CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático da Lei 11.343/06**. 8ª ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2016. Pg. 449.](https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYWY5NjFmZjctOTJmNi00MmY3LTlhMTETNWYwOTlmODFjYWQ5IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>”. Acesso em: 27 set. 2021.</p></div><div data-bbox=)

⁹⁰ VALOIS, Luís Carlos. **O direito penal da guerra às drogas**. – 3. ed. Belo Horizonte, São Paulo: D’Plácido, 2020. Pg. 629 e 630.

⁹¹ MENDES, Soraia da Rosa. **Experiências femininas, tráfico de drogas e redução de danos: a violência de gênero como fundamento para o reconhecimento da co-culpabilidade como atenuante de pena**. In: 10 Anos da lei de drogas: aspectos criminológicos, dogmáticos e político-criminais. CARVALHO, Érika Mendes de; ÁVILA, Gustavo Noronha de. [Orgs.] – Belo Horizonte: Editora D’Plácido, 2016. Pg. 158 e 159.

Dentre as inúmeras agressões sofridas pelas mulheres dentro do sistema penitenciário, inerentes a lógica deste, destaca-se a revista vexatória. Mulheres são obrigadas a se despir, a se agachar em cima de espelhos, tossir, pular, na frente de funcionários públicos, sob a justificativa de averiguar a existência de drogas nas partes íntimas das mesmas. Esta revista não é limitada apenas às mulheres presas por tráfico de drogas, mas é realizada em todas as mulheres: esposas, mães, irmãs e parentes que vão visitar pessoas encarceradas. Uma verdadeira violência sexual que só existe em virtude da guerra às drogas, pois armas e celulares, por exemplo, podem facilmente serem encontrados por detectores de metal⁹².

Muitas vezes, mulheres são presas justamente tentando ingressar com drogas dentro do sistema prisional, com o propósito de levá-las aos seus companheiros, filhos e parentes em geral. Esta conduta faz com que mulheres sejam levadas da unidade que estavam tentando ingressar diretamente para a prisão em flagrante, além de ser causa de aumento de pena do crime de tráfico (art. 40, inciso III da Lei nº 11.343/06)⁹³.

Outro fator que agrava ainda mais a pena das mulheres em relação a dos homens, é o fato de que a mulher encarcerada, não raramente, é abandonada e deixa de receber visitas durante o tempo de cárcere. Esta situação repercute na vida familiar dessas mulheres, pois, diante do desamparo dos homens, seus filhos acabam sendo entregues para familiares ou para alguma instituição do Estado durante o encarceramento. Repercute, ainda, na saúde mental e emocional dessas mulheres que possuem uma maior dificuldade em manter vínculos afetivos com seus familiares, sofrendo um processo de solidão e abandono; o que não acontece, em regra, quando homens são encarcerados. A prisão dos homens parece ser amenizada pela atuação das mulheres, que mantém a estrutura familiar e o apoio afetivo durante o cárcere, porém a prisão das mulheres parece ser agravada com o descaso dos homens nesse sentido^{94 95}.

⁹² VALOIS, Luís Carlos. **O direito penal da guerra às drogas**. – 3. ed. Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2020. Pg. 628 e 629.

⁹³ ALVES, Paula Pereira Gonçalves; SERRA, Victor Siqueira. **“Mulheres dos irmãos”**: breves reflexões sobre mulheres no tráfico de drogas em São Paulo. In: 10 Anos da lei de drogas: aspectos criminológicos, dogmáticos e político-criminais. CARVALHO, Érika Mendes de; ÁVILA, Gustavo Noronha de. [Orgs.] – Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016. Pg. 270.

⁹⁴ Idem, ibidem, pg. 272.

⁹⁵ VALOIS, Luís Carlos. **O direito penal da guerra às drogas**. – 3. ed. Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2020. Pg. 631 e 632.

A fracassada política proibicionista produz uma infinidade de danos sociais perversos que poderiam ser discutidos aqui, porém, pelas limitações inerentes a presente pesquisa, a investigação entrará na discussão sobre as possíveis abordagens em relação às drogas que poderiam ser, e já estão sendo adotadas, para o necessário e urgente fim desta insana e sanguinária política de “guerra às drogas”.

4 A NECESSÁRIA E URGENTE MUDANÇA DE PARADIGMA

Conforme mencionado no capítulo anterior, BARATTA^{96 97} classifica os efeitos das drogas como primários e secundários. Os efeitos secundários ou custos sociais da criminalização, como visto, são negativos desde todos os pontos de vista, são o fruto direto da proibição e nada tem a ver com o caráter farmacológico das substâncias psicoativas, isto é, os efeitos da repressão causam mais danos do que o uso/abuso de qualquer de substância tornada ilícita.

As evidências indicam que a atual abordagem utilizada para enfrentar a problemática das drogas é equivocada, visto que o fracasso da política proibicionista é reconhecido pelos especialistas e que os custos sociais da “guerra às drogas” são imensuráveis e cruéis. Sendo assim, a produção doutrinária sobre a temática, como se verificará, aponta para a necessidade de uma radical mudança no paradigma proibicionista, com a consequente reforma das convenções internacionais e legislações nacionais sobre o tema.

Nilo Batista⁹⁸ afirma que as violações dos Direitos Humanos não podem ser tratadas como se fossem dados da enologia (saber prático que trata dos conhecimentos sobre vinhos), ou seja, não se pode apenas estar preocupado com as violações que ocorreram há anos atrás e desconsiderar as que ocorrem hoje, pois as últimas “não são de boa safra”. Logo, diante de suas graves consequências, a política de drogas deve estar no centro da discussão sobre segurança pública no Brasil, que, de acordo com levantamento realizado pela *Harm Reduction Consortium*, possui a pior política de drogas do

⁹⁶ BARATTA, Alessandro. **Introducción a una Sociología de la Droga: Problemas y Contradicciones del Control Penal de las Drogodependencias**. Revista Jurídica Online – Universidad Católica de Santiago de Guayaquil. Equador. 7 ed. p.197-224. Fevereiro de 1993. Pg 205.

⁹⁷ BARATTA, Alessandro. **Criminología y sistema penal: Compilación in memoriam**. 1. ed. Argentina: Euros Editores S.R.L, 2004. 459 p. v. 1. Pg. 122.

⁹⁸ BATISTA, Nilo. Drogas: Dos Perigos da Proibição à Necessidade da Legalização. Revista da EMERJ, Rio de Janeiro, v. 16, n. 63 (Edição Especial), p. 9-23, out.-dez. 2013. Disponível em: <https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista63/revista63_115.pdf> Acesso em: 15/10/2021. Pg. 19.

mundo (entre os 30 países avaliados, o Brasil aparece na última colocação, abaixo de nações como Uganda, Indonésia e Quênia)⁹⁹.

Nesta toada, Eugenio Raúl Zaffaroni¹⁰⁰ atesta que:

“A problemática criada pela proibição da droga está no centro da problemática do poder punitivo, do sistema penal. Está no centro e se espalha, estoura em múltiplos subtemas, subproblemas que no fundo são os grandes problemas existentes no sistema penal, no poder punitivo.”

A crise da política proibicionista é observável a partir de diversas perspectivas: a) é democraticamente ilegítima (criminológica); b) não possui efetividade em relação ao cerne do problema (sanitário-pragmática); c) possui efeitos colaterais perversos, tais como ampliação da violência urbana e o encarceramento em massa (econômico-pragmática); e d) está na contramão dos princípios limitadores de incidência penal (dogmática). Assim, os novos conhecimentos sobre o tema apontam para a necessária e urgente mudança de paradigma político, potencialmente mais legítimo e adequado para tratar a questão¹⁰¹.

Maria Lucia Karam¹⁰² sustenta que somente uma razão entorpecida pode acreditar que a criminalização das condutas de produtores, distribuidores e consumidores de determinadas substâncias psicoativas, dentre as inúmeras existentes, seja capaz de impedir os impulsos humanos em buscar meios de alteração do psiquismo, impulsos que possuem raízes na própria história da humanidade. Afirma, ainda, que somente uma razão entorpecida pode aceitar que, para dar cabo a esta busca ilusória, o próprio Estado fomenta a violência, que só existe porque o mercado foi tonado ilegal, e imponha restrições à liberdade de quem, eventualmente, queria causar dano à própria saúde.

As drogas recreativas, gostem ou não, fazem parte da sociedade. O uso de substâncias psicoativas é um passatempo humano natural, realizado desde os primórdios da sociedade. O papel de governos responsáveis, quiçá, deve ser o de conciliar o desejo humano de alterar seu estado de espírito com a saúde e a segurança do público em geral. Partindo desta acepção, a missão da política

⁹⁹ THE GLOBAL DRUG POLICY INDEX. **The Global Drug Policy Index 2021**. Disponível em: <<https://globaldrugpolicyindex.net/wp-content/themes/gdpi/uploads/GDPI%202021%20Report.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2021.

¹⁰⁰ ZAFFARONI, Eugenio Raul. **Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal**. tradução Vania Romano Pedrosa, Amir Lopez da Conceição. – Rio de Janeiro: Revan, 1991, 5ª edição, janeiro de 2001, 1ª reimpressão, outubro de 2010, 3ª reimpressão, setembro de 2014. Pg. 115.

¹⁰¹ PONTAROLLI, André Luis. **Drogas: crise paradigmática e alternativas ao modelo proibicionista** / André Luis Pontarolli. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. Pg. 117.

¹⁰² KARAM, Maria Lucia. **Legalização das Drogas**. – 1. ed. – São Paulo: Estúdio Editores.com, 2015. Pg. 61 e 62.

de drogas dedicar-se-ia a apoiar a saúde e a felicidade dos usuários, tendo como principal foco mantê-los seguros, não empurrá-los para as sombras e forçá-los a arriscar a vida quando há alternativas melhores¹⁰³.

Todavia, não se trata de desconsiderar ou minimizar os riscos e os danos individuais e sociais advindos do uso de drogas. Na verdade, trata-se do contrário, de considerar o problema em sua total complexidade ao invés de crer na eficácia da solução pré-fabricada do direito penal¹⁰⁴.

Nesse sentido, as drogas carecem ser reguladas não porque são seguras, mas especificamente porque são arriscadas. Por mais arriscada que seja a droga em seu caráter farmacológico, seus riscos são substancialmente aumentados quando produzidos, vendidos e consumidos em um ambiente ilegal não regulado. Estes riscos estão diretamente ligados à proibição. Quando governos responsáveis assumem o controle desse mercado, por meio da regulação, estes riscos são significativamente reduzidos¹⁰⁵.

A ilegalidade significa, acima de tudo, a falta de qualquer tipo de controle sobre o mercado das arbitrariamente selecionadas drogas tornadas ilícitas. Quando o Estado entrega este próspero mercado a agentes econômicos que atuam na ilegalidade, estes não estão sujeitos a qualquer tipo de limitação reguladora de suas atividades. São estes agentes econômicos que decidem quais drogas serão fornecidas, qual seu teor de pureza, sua toxicidade, com que as substâncias serão misturadas, qual será seu preço, a quem e onde serão vendidas¹⁰⁶.

Assim como ocorreu durante a Lei Seca nos EUA (entre os anos de 1920 e 1933), atualmente uma quantidade gigantesca de pessoas ainda consomem as chamadas drogas proibidas, como cocaína, opioides e psicodélicos. A maioria destas pessoas é forçada a adquirir suas substâncias em mercados ilícitos não regulamentados, onde não há nenhum controle de qualidade. Milhares destas pessoas,

¹⁰³ HART, Carl. **Drogas para adultos. tradução Pedro Maia Soares**. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2021. Pg. 106 e 163.

¹⁰⁴ CARVALHO, Salo de et al. **#DescriminalizaSTF: Um manifesto antiproibicionista ancorado no empírico**. In: A política criminal de drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático da Lei 11.343/06. CARVALHO, Salo de. 8ª ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2016. Pg. 435.

¹⁰⁵ COMISSÃO GLOBAL DE POLÍTICA DE DROGAS. **Regulação: O controle de drogas responsável** [informe 2018]. Genebra, 2018. Disponível em: <<http://www.globalcommissionondrugs.org/reports/regulation-the-responsible-control-of-drugs>>. Acesso em: 13 set. 2021. Pg 11.

¹⁰⁶ KARAM, Maria Lucia. **Legalização das Drogas**. – 1. ed. – São Paulo: Estúdio Editores.com, 2015. Pg. 43.

assim como ocorreu na Lei Seca, morrem devido ao uso de drogas contaminadas com venenos, impurezas e outras substâncias desconhecidas¹⁰⁷.

O relatório da Comissão Global de Política Sobre Drogas de 2018 apontou que mais de 250 milhões de pessoas em todo mundo assumiram os riscos de consumir drogas ilegais na época. Aceitar esta realidade e implementar uma estratégia regulatória eficaz parece fazer parte de uma abordagem responsável, baseada em evidências e óbvia. Contraproducente parece ser a tentativa, ideologicamente motivada, de criar um “mundo livre das drogas”¹⁰⁸.

KARAM¹⁰⁹ assevera que já é tempo de se libertar das censuras do discurso único proibicionista, por meio da promoção de uma radical reforma da política de “guerra às drogas”, a qual, além de não alcançar o objetivo inviável de salvar as pessoas de si mesmas e construir um intangível “mundo sem drogas”, produz demasiados custos sociais nefastos. Para tanto, sustenta que é necessário legalizar e conseqüentemente regular a produção, o comércio e o consumo de todas as substâncias psicoativas hoje proibidas, por meio da instituição de formas de controle racionais, realmente empenhadas com a promoção da saúde, que respeitem a dignidade e o bem-estar dos indivíduos, livre, por óbvio, de qualquer tipo de intervenção do sistema penal.

A lógica utilizada pelo proibicionismo ao idealizar um “mundo livre das drogas”, ou seja, de criar um ambiente totalmente livre de riscos, parece ser irrealizável, pois estes são inerentes às relações sociais humanas, especialmente quando relacionados ao consumo de drogas. Toda via, parece ser possível, através da regulação legal do mercado das drogas, reduzir drasticamente os danos associados ao comércio ilegal e, ao longo prazo, encontrar melhores formas de lidar com o uso problemático de drogas e outros problemas sociais correlatos¹¹⁰.

Passar o controle das drogas das mãos do mercado ilícito não regulado para agências governamentais apropriadas se mostra como o modelo de um governo administrar um risco de forma responsável e prudente. Regular às drogas significa utilizar os princípios e ferramentas regulatórios aplicados para todo um conjunto de produtos e comportamentos arriscados que até agora eram

¹⁰⁷ HART, Carl. **Drogas para adultos. tradução Pedro Maia Soares.** 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2021. Pg. 289.

¹⁰⁸ COMISSÃO GLOBAL DE POLÍTICA DE DROGAS. **Regulação: O controle de drogas responsável** [informe 2018]. Genebra, 2018. Disponível em: <<http://www.globalcommissionondrugs.org/reports/regulation-the-responsible-control-of-drugs>>. Acesso em: 13 set. 2021. Pg 07.

¹⁰⁹ KARAM, Maria Lucia. **Legalização das Drogas.** – 1. ed. – São Paulo: Estúdio Editores.com, 2015. Pg. 62.

¹¹⁰ JUNIOR, Flávio Bortolozzi. **“Resistir para re-existir” Criminologia (d)e resistência e a (necro)política brasileira de drogas.** – 1 reimp. – Belo Horizonte: Editora D’Plácito, 2020. Pg. 305.

controlados inteiramente por uma economia ilegal. Visto por esse ângulo, a legalização/regulação do acesso e do uso de todas as substâncias psicoativas hoje proibidas para o público adulto não parece algo radical e estranho, mas óbvio e normal. Ao comparar as respostas políticas aplicadas a outros comportamentos de risco, como esportes perigosos, dietas não saudáveis ou sexo inseguro, são as repostas punitivas, como a política de drogas, que se apresentam como radicais e estranhas, não a regulação¹¹¹.

Além disso, HART¹¹² expõe a necessidade de deixar de utilizar as drogas como bode expiatório para problemas sociais. Em outros termos, afirma que qualquer pessoa que acredite piamente que o crack, ou qualquer outra droga, é o maior problema enfrentado pela população marginalizada está sendo ingênua ou desonesta, ou as duas coisas. Esta retórica apenas desvia a atenção e os recursos dos verdadeiros problemas e diminui a capacidade de pôr em prática medidas mais efetivas para manter as pessoas saudáveis e seguras.

No mais, considerando que a característica histórica dos modelos repressivos é ampliação do poder de punir por meio das políticas maximalistas, o processo de descriminalização se mostra como o primeiro passo em direção a diminuição dos efeitos nefastos provocados pelo aumento da punitividade, dentre os quais se destacam a seletividade, o etiquetamento e a estigmatização dos grupos e sujeitos vulneráveis. Portanto, a descriminalização representa o início da contraposição do modelo tradicional (beligerante) para um modelo alternativo (pluralista)¹¹³.

Nesse sentido, a experiência portuguesa se mostra interessante. Em 2001, Portugal tomou a iniciativa inédita de descriminalizar todas as drogas ilegais, isto é, a posse de drogas recreativas para uso pessoal, em quantidades para suprimento de até dez dias, deixou de ser delito penal. Anos após a descriminalização o país observou: o aumento dos gastos de prevenção e tratamento; a diminuição dos gastos relativos aos processos criminais; a diminuição do número de mortes provocadas por drogas; e a diminuição das taxas gerais de consumo, especialmente entre jovens. Ela não pôs fim ao uso de drogas ilegais, o que seria uma expectativa irrealista, mas diminuiu substancialmente os

¹¹¹ COMISSÃO GLOBAL DE POLÍTICA DE DROGAS. **Regulação: O controle de drogas responsável** [informe 2018]. Genebra, 2018. Disponível em: <<http://www.globalcommissionondrugs.org/reports/regulation-the-responsible-control-of-drugs>>. Acesso em: 13 set. 2021. Pg 11.

¹¹² HART, Carl. **Drogas para adultos. tradução Pedro Maia Soares**. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2021. Pg. 254 e 273.

¹¹³ CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático da Lei 11.343/06**. 8ª ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2016. Pg. 383.

problemas relativos à punitividade, como a estigmatização, a marginalização e o encarceramento de cidadãos por delitos relacionados às drogas¹¹⁴.

A descriminalização da posse para uso pessoal representa um passo significativo, porém insuficiente, visto que o comércio ainda estaria situado no âmbito da proibição. A mera descriminalização mantém a ilegalidade do mercado e o monopólio criminalizado da produção, do fornecimento e dos lucros, deixando intocadas as consequências mais danosas da proibição, como a violência, as mortes, o encarceramento em massa, a corrupção etc.¹¹⁵.

Nesta perspectiva, avançar em direção à regulação em escala global se apresenta como uma perspectiva mais realista para encarar os desafios enfrentados por todas as regiões em relação à problemática das drogas, pois ao recuperar o controle administrativo dos mercados é possível minimizar os danos e maximizar os benefícios¹¹⁶.

Entretanto, a mudança do paradigma proibicionista ainda é vista como impopular, pois a legalização muitas vezes é confundida com a liberação, isto é, a ausência de qualquer tipo de regulação, quando na verdade significa exatamente o contrário. A legalização significa eliminar a intervenção de um sistema de controle que possui pouca, ou nenhuma, eficiência e graves efeitos colaterais, e, paralelamente, abrir espaço para intervenções mais adequadas para tratar do tema¹¹⁷.

Legalizar não significa permissividade ou liberação geral. Na verdade, trata-se exatamente do oposto, de regular e controlar. “Liberado” já está. O mercado ilegal é necessariamente desregulado e descontrolado, pois os ditos “traficantes” não estão submetidos a qualquer tipo controle ou fiscalização sobre a qualidade dos produtos que fornecem. A legalização devolve ao Estado o poder de regular, limitar, controlar, fiscalizar e taxar a produção, o comércio e o consumo das substâncias tornadas ilícitas, da mesma forma como é feito com o álcool e o tabaco¹¹⁸.

¹¹⁴ HART, Carl. **Um preço muito alto: a jornada de um neurocientista que desafia nossa visão sobre as drogas**. tradução Clóvis Marques. 1. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014. Pg. 309 e 310.

¹¹⁵ KARAM, Maria Lucia. **Legalização das Drogas**. – 1. ed. – São Paulo: Estúdio Editores.com, 2015. Pg. 63.

¹¹⁶ COMISSÃO GLOBAL DE POLÍTICA DE DROGAS. **Regulação: O controle de drogas responsável** [informe 2018]. Genebra, 2018. Disponível em: <<http://www.globalcommissionondrugs.org/reports/regulation-the-responsible-control-of-drugs>>. Acesso em: 13 set. 2021. Pg 28.

¹¹⁷ BARATTA, Alessandro. **Introducción a una Sociología de la Droga: Problemas y Contradicciones del Control Penal de las Drogodependencias**. Revista Jurídica Online – Universidad Católica de Santiago de Guayaquil. Equador. 7 ed. p.197-224. Fevereiro de 1993. Pg 211.

¹¹⁸ KARAM, Maria Lucia. **Legalização das Drogas**. – 1. ed. – São Paulo: Estúdio Editores.com, 2015. Pg. 65 e 66.

Destarte, os conhecimentos atuais sustentam que as drogas atualmente proibidas são suficientes similares às drogas legais, como o álcool e o tabaco, para terem o mesmo status jurídico. Isto representaria: a) a revogação da proibição das drogas; b) a permissão do acesso legal às drogas proibidas até o momento para fins recreativos; c) a proteção mais eficaz possível para os menores; e d) informação, prevenção, tratamento e reabilitação para os usuários com problemas¹¹⁹.

Sem embargo, é necessário levar em consideração que a legalização e a consequente regulação da produção, do comércio e do consumo de todas as drogas não poderá ser imposta uniformemente, mas sim deve ser discutida e ajustada pelos países de acordo com suas opções políticas e econômicas e situações sociais e culturais. As opções de controle e regulamentação, também, poderão variar de acordo com as diferentes características e efeitos primários de cada substância. Esta nova abordagem parece ser muito mais racional e legítima do que a adotada, autoritariamente, pelas convenções proibicionistas das Nações Unidas, fundadas no modelo de “tamanho único” e no discurso de “voz unificada”, que desrespeitam as particularidades, autonomias e diversificações de opiniões e vozes, e vão de encontro com o próprio fundamento da democracia¹²⁰.

No entanto, Alessandro Baratta¹²¹ já alertava que uma nova resposta para o problema das drogas corre o risco de ficar confinada entre os discursos esclarecidos, porém impopulares. O espetáculo proporcionado por uma batida policial ou pelo anúncio do endurecimento da legislação repressiva dá ao público uma falsa noção de tranquilidade e é mais lucrativa eleitoralmente para os atores políticos do que poderia ser a revisão da atual política proibicionista.

A legalização não acabará com todos problemas relacionados às drogas. Os graves problemas gerados diretamente pelo consumo abusivo de drogas existem sob o manto da proibição e continuaram existindo após a legalização. No entanto, a legalização removerá uma grande parcela da violência e das mortes, o que significa uma enorme conquista em termos de segurança pública, como também eliminará grande parte da fonte de renda advinda das atividades ilícitas. Os Estados economizarão o dinheiro gasto com a repressão e suas consequências, e, simultaneamente, impostos

¹¹⁹ SCHEERER, Sebastian. **Prohibición de las drogas em sociedades abiertas**. In: 10 Anos da lei de drogas: aspectos criminológicos, dogmáticos e político-criminais. CARVALHO, Érika Mendes de; ÁVILA, Gustavo Noronha de. [Orgs.] – Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016. Pg. 389.

¹²⁰ KARAM, Maria Lucia. **Legalização das Drogas**. – 1. ed. – São Paulo: Estúdio Editores.com, 2015. Pg. 66.

¹²¹ BARATTA, Alessandro. **Introducción a una Sociología de la Droga: Problemas y Contradicciones del Control Penal de las Drogodependencias**. Revista Jurídica Online – Universidad Católica de Santiago de Guayaquil. Equador. 7 ed. p.197-224. Fevereiro de 1993. Pg 223.

serão pagos e recebidos. Esses novos recursos econômico-financeiros poderão ser investidos, por exemplo, em programas e ações voltadas à promoção de saúde, educação, moradias dignas etc., ou seja, programas efetivamente úteis socialmente¹²².

A partir do visto até aqui, a pesquisa leva a crer que a necessária e urgente mudança de paradigma, acima de tudo, acabará com os piores danos relacionados às drogas, aqueles advindos da proibição. Também, é possível admitir como hipótese que a legalização e a consequente regulamentação de todas as drogas tornadas ilícitas se mostram como a alternativa mais adequada, responsável e racional para tratar a questão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou analisar, de forma sintética, a política de (guerra às) drogas, sua adequação prática, as consequências sociais decorrentes da utilização do paradigma bélico que tem caracterizado a atuação do sistema penal para tratar a questão das drogas, e, por fim, demonstrar a urgência e a necessidade de uma mudança de paradigma.

No decorrer da pesquisa foi possível identificar que o sistema penal é permeado por uma série de incoerências e que a realidade operacional está bem distante de seu discurso manifesto, ou seja, ao invés cumprir com seus objetivos ideológicos aparentes de repressão da criminalidade, controle/redução do crime e ressocialização do criminoso, é um instrumento de poder que atua seletivamente no controle social e tem como função latente garantir e manter as relações sociais desiguais presentes no capitalismo.

Foi possível notar, também, que a abordagem utilizada para enfrentar a problemática das drogas é inadequada, ideologicamente motivada, falida em seu objetivo declarado e possui demasiados custos sociais decorrentes da utilização do paradigma bélico que tem norteado o tratamento do tema, dentre os quais podem se destacar: a violência, as mortes, o encarceramento em massa, a corrupção, a falta de qualquer controle sobre as substâncias etc.

Por fim, foi possível observar que a legalização e a consequente regulamentação da produção, do comércio e do consumo de todas as drogas é a abordagem mais racional e responsável para tratar

¹²² KARAM, Maria Lucia. **Legalização das Drogas**. – 1. ed. – São Paulo: Estúdio Editores.com, 2015. Pg. 71 e 72

a questão. Nesse sentido, é possível teorizar que a legalização e a consequente regulamentação de todas as drogas tornadas ilícitas provavelmente acabarão com os piores danos relacionados às drogas, aqueles decorrentes da insana, nociva e sanguinária política proibicionista de “guerra às drogas”. Ao mesmo tempo, se apresenta como a melhor forma para regular e controlar tais substâncias. Por fim, nota-se que esta mudança de paradigma realmente estará empenhada com a promoção da saúde, com a dignidade e bem-estar dos indivíduos que utilizam drogas, longe, evidentemente, de qualquer fetiche punitivista.

REFERÊNCIAS

ALVES, Paula Pereira Gonçalves; SERRA, Victor Siqueira. “**Mulheres dos irmãos**”: breves reflexões sobre mulheres no tráfico de drogas em São Paulo. In: 10 Anos da lei de drogas: aspectos criminológicos, dogmáticos e político-criminais. CARVALHO, Érika Mendes de; ÁVILA, Gustavo Noronha de. [Orgs.] – Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; HYPOLITO, Laura Girardi. **Impacto da Lei 11.343/06 no encarceramento e possíveis alternativas**. In: 10 Anos da lei de drogas: aspectos criminológicos, dogmáticos e político-criminais. CARVALHO, Érika Mendes de; ÁVILA, Gustavo Noronha de. [Orgs.] – Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal**. Tradução Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 6ª edição, outubro de 2011. 2ª reimpressão, agosto de 2014.

BARATTA, Alessandro. **Criminología y sistema penal: Compilación in memoriam**. 1. ed. Argentina: Euros Editores S.R.L, 2004. 459 p. v. 1.

BARATTA, Alessandro. **Introducción a una Sociología de la Droga: Problemas y Contradicciones del Control Penal de las Drogodependencias**. Revista Jurídica Online – Universidad Católica de Santiago de Guayaquil. Equador. 7 ed. p.197-224. Fevereiro de 1993.

BARROS, André. **O racismo e o pito do Pango**. Mídia Ninja, 27 de nov. de 2019. Disponível em: <<https://midianinja.org/andrebarros/o-racismo-e-o-pito-do-pango/>>. Acesso em: 03 de set. de 2021.

BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. – 12ª edição, revista e atualizada – Rio de Janeiro: Revan, 2011. 1ª reimpressão, abril de 2013.

BATISTA, Nilo. **Drogas: Dos Perigos da Proibição à Necessidade da Legalização**. Revista da EMERJ, Rio de Janeiro, v. 16, n. 63 (Edição Especial), p. 9-23, out.-dez. 2013. Disponível em:

<https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista63/revista63_115.pdf> Acesso em: 15/10/2021.

BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. – Rio de Janeiro Revan, 2011, 2ª edição, julho de 2012, 2ª reimpressão, 2015.

BAYER, Diego Augusto; LOCATELLI, Cidânia Aparecida; TASCA, Julia. **Por um novo sistema para lida com as drogas**. In: 10 Anos da lei de drogas: aspectos criminológicos, dogmáticos e político-criminais. CARVALHO, Érika Mendes de; ÁVILA, Gustavo Noronha de. [Orgs.] – Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.

BETIM, Felipe; OLLIVEIRA, Cecília. **Mortos na chacina do Jacarezinho sobem para 28. Ao menos 13 não eram investigados na operação**. El país, 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-07/maioria-dos-mortos-na-chacina-do-jacarezinho-nao-era-suspeita-em-investigacao-que-motivou-a-acao-policial.html>> Acesso em: 24 set. 2021.

BRASIL. **Painel Interativo dezembro – 2019 / Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública / Departamento Penitenciário Nacional, 2020. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYWY5NjFmZjctOTJmNi00MmY3LThlMTEtNWYwOTlmODFjYWQ5IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>>. Acesso em: 27 set. 2021.

CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático da Lei 11.343/06**. 8ª ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2016.

CARVALHO, Salo de et al. **#DescriminalizaSTF: Um manifesto antiproibicionista ancorado no empírico**. In: A política criminal de drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático da Lei 11.343/06. CARVALHO, Salo de. 8ª ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2016.

CARVALHO, Salo de. **Antimanual de criminologia**. 6ª ed. rev. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2015.

COMISSÃO GLOBAL DE POLÍTICA DE DROGAS. **Regulação: O controle de drogas responsável [informe 2018]**. Genebra, 2018. Disponível em: <<http://www.globalcommissionondrugs.org/reports/regulation-the-responsible-control-of-drugs>>. Acesso em: 13 set. 2021.

HART, Carl. **Um preço muito alto: a jornada de um neurocientista que desafia nossa visão sobre as drogas**. tradução Clóvis Marques. 1. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

HART, Carl. **Drogas para adultos**. tradução Pedro Maia Soares. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

JUNIOR, Flávio Bortolozzi. **“Resistir para re-existir” Criminologia (d)e resistência e a (necro)política brasileira de drogas.** – 1 reimp. – Belo Horizonte: Editora D’Plácido, 2020.

KARAM, Maria Lucia. **Legalização das Drogas.** – 1. ed. – São Paulo: Estúdio Editores.com, 2015.

LEMGRUBER, Julita (coord.) et al. **Um tiro no pé: Impactos da proibição das drogas no orçamento do sistema de justiça criminal do Rio de Janeiro e São Paulo.** Relatório da primeira etapa do projeto "Drogas: Quanto custa proibir". Rio de Janeiro: CESeC, março de 2021.

MENDES, Soraia da Rosa. **Experiências femininas, tráfico de drogas e redução de danos: a violência de gênero como fundamento para o reconhecimento da co-culpabilidade como atenuante de pena.** In: 10 Anos da lei de drogas: aspectos criminológicos, dogmáticos e político-criminais. CARVALHO, Érika Mendes de; ÁVILA, Gustavo Noronha de. [Orgs.] – Belo Horizonte: Editora D’Plácido, 2016.

OLMO, Rosa Del. **A face oculta da droga.** tradução de Teresa Ottoni. — Rio de Janeiro: Revan, 1990.

PONTAROLLI, André Luis. **Drogas: crise paradigmática e alternativas ao modelo proibicionista** / André Luis Pontarolli. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

RICO, Juanita. **50 anos contra as drogas: uma guerra perdida. Richard Nixon declarou as drogas "inimigo público número um" em 1971. Hoje, a América Latina ainda sofre as consequências.** OpenDemocracy, 2021. Disponível em:
<<https://www.opendemocracy.net/pt/cinquenta-anos-contra-as-drogas-uma-guerra-perdida/>>
Acesso em: 30 set. 2021.

SANTOS, Juares Cirino dos. **A criminologia radical.** - 4. ed. - Florianópolis [SC]: Tirant Lo Blanch, 2018.

SCHEERER, Sebastian. **Prohibición de las drogas em sociedades abiertas.** In: 10 Anos da lei de drogas: aspectos criminológicos, dogmáticos e político-criminais. CARVALHO, Érika Mendes de; ÁVILA, Gustavo Noronha de. [Orgs.] – Belo Horizonte: Editora D’Plácido, 2016.

SIGNIFICADO DE PARADIGMA. Significados, [s.d.]. Disponível em:
<<https://www.significados.com.br/paradigma/>> Acesso em: 14 dez. 2021.

THE GLOBAL DRUG POLICY INDEX. **The Global Drug Policy Index 2021.** Disponível em:
<<https://globaldrugpolicyindex.net/wp-content/themes/gdpi/uploads/GDPI%202021%20Report.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2021.

VALOIS, Luís Carlos. **O direito penal da guerra às drogas.** – 3. ed. Belo Horizonte, São Paulo: D’Plácido, 2020.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estado Unidos** / Loïc Wacquant – Rio de Janeiro: F. Bastos, 2001, Revan, 2003.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. **Guerra às drogas e letalidade do sistema penal**. Revista da EMERJ, Rio de Janeiro, v. 16, n. 63 (Edição Especial), p. 115-125, out.-dez. 2013. Disponível em: <https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista63/revista63_115.pdf> Acesso em: 15/10/2021.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. **Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal**. tradução Vania Romano Pedrosa, Amir Lopez da Conceição. – Rio de Janeiro: Revan, 1991, 5ª edição, janeiro de 2001, 1ª reimpressão, outubro de 2010, 3ª reimpressão, setembro de 2014.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. **A questão criminal**. tradução Sérgio Lamarão. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Revan, 2013, 1ª reimpressão, março de 2015.